



Agrupamento de Escolas

Monsenhor Elísio Araújo

Projecto Educativo

2009-2013

Desse a inquietação as voltas que desse era-lhe servido por toda a parte o mesmo monocromico banquete. Por isso, de pouco ou nada valeria voltar à feira de Pico de Regalados ou à festa de S. bento da Porta Aberta, e tentar corrigir as provas da emoção a pisar casacas de melancia.

Miguel Torga, Portugal, Coimbra, p. 18 (1986)

Roubei uma maçã da cesta votiva da Fonte do Ídolo e abalei. Mas antes de meter pela estrada de Vila Verde (sempre o maldito verde!) dei uma saltada a Vilar de Frade (...).

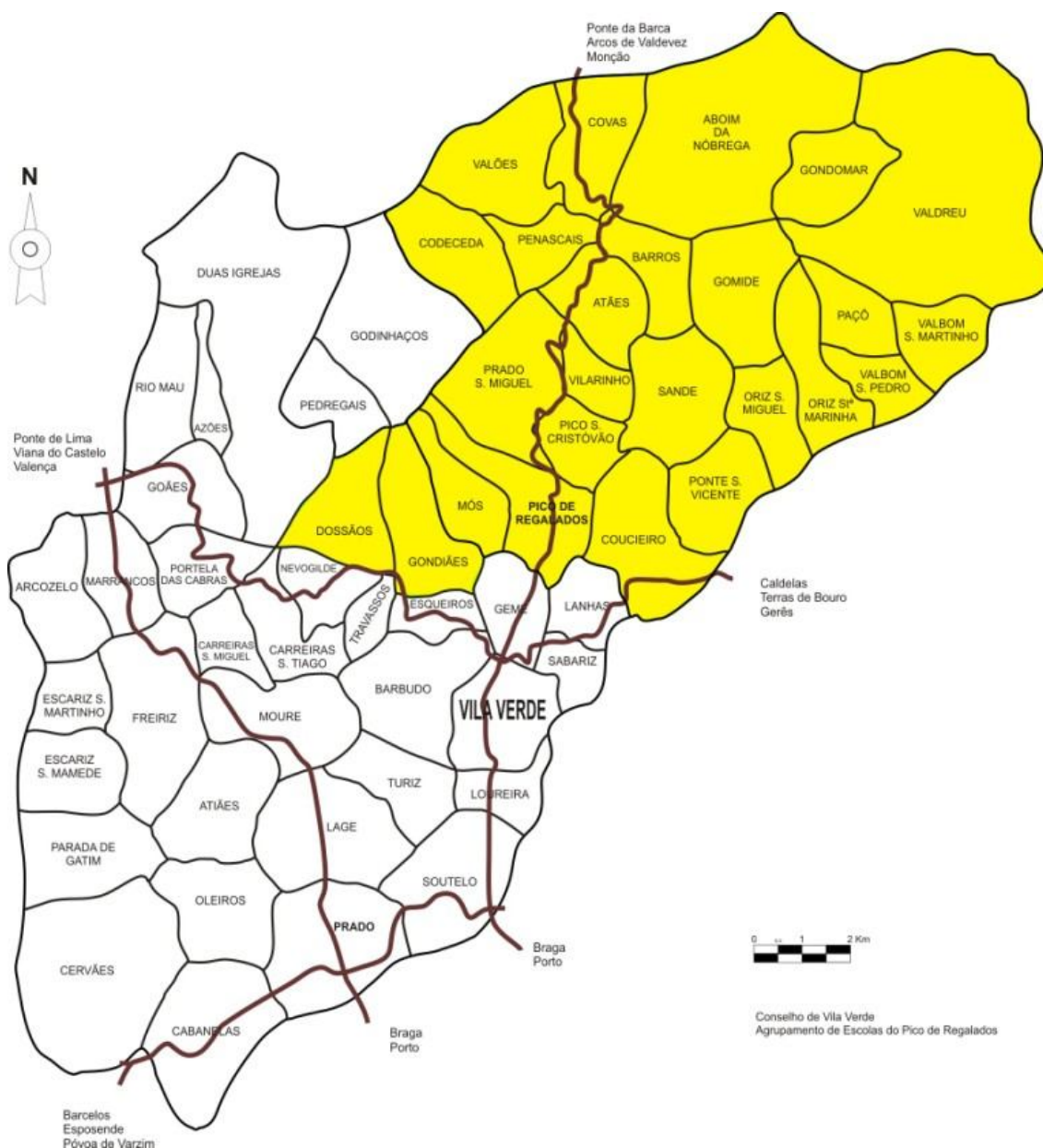
Miguel Torga, Portugal, Coimbra, p. 15 (1986)

A construção da escola democrática constitui, assim, um projecto que não é sequer pensável sem a participação activa de professores e de alunos, mas cuja realização pressupõe a participação democrática de outros sectores e o exercício da cidadania crítica de outros actores, não sendo, portanto, obra que possa ser edificada sem ser em co-construção.
(Lima, 2000)

“Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”
(Paulo Freire, 1996)

Figura 1 - Concelho de Vila Verde

Área de influência pedagógica do Agrupamento de Escolas Monsenhor Elísio Araújo



O Agrupamento de Escolas Monsenhor Elísio Araújo, homologado por despacho de 06 de Junho de 2001, inscreve a sua intervenção pedagógica numa área geográfica de cerca de 101 Km², abrangendo um território de 25 freguesias de carácter eminentemente rural, com uma população residente estimada em 11.2823 habitantes, segundo os dados recolhidos junto da Câmara Municipal de Vila Verde.

1. Introdução

O Projecto Educativo que aqui se apresenta pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido anteriormente. Desta forma continuamos a enfatizar a valorização da educação para a cidadania procurando construir e desenvolver os princípios de uma Escola Cidadã. Não obstante o carácter plural das definições, pensamos aqui a Cidadania enquanto construção social definida como um conjunto de “práticas”, que pode ser aprendida através do exercício ou mesmo da sua prática efectiva (Lima, 1996). Deste modo, consideramos a organização escolar como contexto educativo privilegiado para a participação democrática e o exercício da cidadania. Para tal é necessário ganhar voz e responsabilidade social e política, participando no modelo de escola/comunidade educativa. Assim, “aprendendo democracia pela prática da participação” (Freire, 1997). A participação, a discussão crítica e a consciencialização são acções essenciais para a prática democrática, logo para a prática de uma cidadania activa e emancipatória.

Por outro lado, o reforço da coesão social e a participação activa dos cidadãos na vida social são preocupações dos governos, por toda a Europa. A escola, enquanto entidade de socialização e formadora de futuros cidadãos, pode e deve desempenhar um papel importante neste domínio. Neste sentido, o Conselho da Europa declarou 2005 como **Ano europeu da cidadania pela educação**.

O conceito de “**Cidadania responsável**”: aqui reclamado, abrange, na sua generalidade, o conhecimento e o exercício dos direitos e das responsabilidades cívicas. Englobamos aqui democracia, respeito pelos direitos humanos, tolerância, solidariedade, participação e respeito pela natureza. Assim, no sentido de preparar os jovens cidadãos para participar de forma construtiva na sociedade, tanto a nível nacional como europeu adoptamos os três grandes tipos de objectivos definidos ao nível europeu: adquirir uma cultura política, desenvolver atitudes e valores essenciais ao exercício de uma cidadania responsável e estimular a participação activa dos alunos no seio da comunidade escolar e local. Relançamos, portanto, a importância de promover uma cultura participativa por parte da escola, com implicação de cada agente educativo na gestão e tomada de decisões. Assim, deverá promover-se diferentes formas de representação dos alunos na organização escolar, bem como a participação activa dos pais e/ou encarregados de educação na vida da escola e ainda de outros agentes educativos.

Neste sentido, este documento pretende traduzir um “Projecto Educativo Comum” alargado a todos os intervenientes desta comunidade educativa. Consideramos, também, que este Projecto Educativo, enquanto expressão da identidade e autonomia da escola/comunidade educativa, deverá constituir um importante documento orientador, destinado a assegurar a coerência e a unidade da acção educativa neste agrupamento de escolas.

2. Caracterização do contexto da acção educativa

Regalados ou Terra de Regalados era a designação de um julgado medieval, situado na margem esquerda da bacia do rio Homem, cujas freguesias se situavam nos actuais territórios dos municípios de Vila Verde e Terras de Bouro. O julgado foi criado logo no início da nacionalidade, recebeu foral por concessão de D. Manuel I a 13 de Novembro de 1513, mantendo-se até 24 de Outubro de 1855, data em que foi extinto e incorporado no então criado município de Vila Verde.

A sua estrutura geomorfológica é extremamente contrastante, alternando as zonas baixas da veiga fértil do vale do Homem e bem ocupada pela actividade agrícola, não obstante de subsistência, com os relevos alterosos das cristas e encostas montanhosas de Aboim e Oural, sobre cujas vertentes se alcançava a maior parte das povoações e pequenos núcleos rurais da região de Regalados, cujo empobrecimento assumiu ao longo dos tempos um papel determinante no aparecimento do fenómeno emigração, que seduz, ainda hoje, um grande contingente da sua população activa.

2.1. Identificação e localização

O Agrupamento de Escolas Monsenhor Elísio Araújo (anteriormente designado Agrupamento de Escolas do Pico de Regalados), homologado por despacho de 06 de Junho de 2001, inscreve a sua intervenção pedagógica numa área geográfica de cerca de 101 Km², abrangendo um território de 25 freguesias de carácter eminentemente rural, com uma população residente estimada em 10353 habitantes, segundo os censos de 2001 e uma densidade populacional de 109,7 habitantes por Km².

A sede do agrupamento de escolas, tendo por palco a Escola Básica Monsenhor Elísio de Araújo, criada pela portaria n.º 745/99, de 26 de Agosto, situa-se na freguesia de Pico de Regalados/Prado S. Miguel a norte da sede do concelho, Vila Verde, do qual dista 5Km e a 18Km da capital de distrito, Braga.

O Agrupamento de Escolas Monsenhor Elísio Araújo na sua constituição inicial abrangia 45 estabelecimentos de ensino dispersos por 23 freguesias que constituía a área de intervenção geográfica do agrupamento. Dada a dispersão geográfica do agrupamento os estabelecimentos de ensino do 1º ciclo e do pré-escolar encontravam-se agrupados em Zonas pólo (Atães, Pico de Regalados e Valbom) até 2008/2009. Actualmente e com a nova Carta Educativa foram previstos novos Centros Escolares que implicou alterações na organização funcional das escolas do 1º ciclo e do Jardins de Infância e a integração de duas freguesias (Dossãos e Gondiaães) neste agrupamento de escolas.

Figura 2 – Mapa distrito de Braga



Quadro 1 – Unidades orgânicas do agrupamento MEA

Tipologia	Designação	Freguesias	Nº de alunos
EB/CE	Escola Básica 2º e 3º Ciclos	Todas	518
	Centro Escolar MEA / JI	Prado S. Miguel Pico de Regalados Ponte S. Vicente Coucieiro Vilarinho Pico S. Cristóvão Mós Gondiães Dossãos	204+21
CE	Centro Escolar de Atães	Atães Covas Codeceda Valões Penascais	68
	Centro Escolar de Oriz S. Miguel / JI	Oriz S. Miguel Oriz S. Marinha Paço Valdreu Valbom S. Martinho Valbom S. Pedro	57+17
EB1	Aboim da Nóbrega	Aboim da Nóbrega Gondomar	35
	Sande	Sande Gomide Barros	50
JI	Aboim da Nóbrega	Aboim da Nóbrega Gondomar	25
	Atães		21
	Codeceda	Codeceda Valões Penascais	11
	Coucieiro	Coucieiro	6
	Covas	Covas	14
	Dossãos	Dossãos	13
	Gondiães	Gondiães	10
	Pico S. Cristóvão	Pico S. Cristóvão	12
	Pico de Regalados	Pico de Regalados	50
	Ponte S. Vicente	Ponte S. Vicente	10
	Sande	Sande Barros Gomide	23
	Valbom S. Pedro	Valbom S. Pedro	13
	Vilarinho	Vilarinho	9

O Patrono

O Agrupamento, tal como a escola sede, localizada na freguesia de Pico de Regalados/Prado S. Miguel, têm por patrono Monsenhor Elísio Araújo.

Natural de Prado (São Miguel), concelho de Vila Verde, Monsenhor Elísio Araújo (1923-1996) cedo descobriu a sua vocação eclesiástica, tendo ingressado no Seminário de Nossa Senhora da Conceição com apenas 11 anos de idade. Após uma breve passagem pelo Colégio de São João de Deus, no Porto, onde concluiu o curso complementar dos liceus, regressou ao Seminário Conciliar de Braga. Aí, cursou Teologia, sendo ordenado sacerdote em 22 de Dezembro de 1946 e nomeado pároco da freguesia de Venade, concelho de Caminha.

Em 1951, assumiu as funções de professor e director do Colégio Dom Diogo de Sousa, em Braga. Pedagogo e educador exemplar, norteou a sua acção de tal entusiasmo e dedicação que o levaram a iniciar a construção do novo edifício do colégio, em 1955.

Foi convidado pelo Grémio dos Proprietários dos Estabelecimentos de Ensino Particular para ser o representante da Região do Minho e Alto Douro (1956) e em 1976 foi eleito presidente do plenário da zona norte da Associação dos Representantes dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP). Foi ainda eleito membro do conselho fiscal da AEEP (1979) e em 1988 secretário do mesmo organismo, onde se manteve até à aposentação (1991). Paralelamente, exerceu cargos na Fraternidade Sacerdotal e no Conselho Diocesano para os Assuntos Económicos.

Em 26 de Fevereiro de 1982 foi nomeado Monsenhor pelo Papa João Paulo II e em 1992 foi agraciado pela Câmara Municipal de Braga com a medalha de ouro da cidade.

Filho ilustre de Prado S. Miguel, profundamente ligado à Região de Regalados por laços de afectividade e carinho que sempre expressou às suas gentes, através do seu ministério pedagógico e sacerdotal, Monsenhor Elísio de Araújo é, inegavelmente, um desses homens que enriqueceram a nossa história colectiva e a vida de muitas gerações.

Foto 1 - Monsenhor Elísio Araújo



2.2. Contextualização sócio-económica e cultural

O meio económico onde se insere o agrupamento caracteriza-se pelo predomínio do sector primário, o qual ocupa cerca de 60% da população activa, seguindo-se-lhe o secundário com uma taxa de 28,2% e o terciário com 11,8%, factores que de alguma maneira caracterizam o estatuto sócio - profissional da grande maioria dos agregados familiares, cujos pais e encarregados de educação se distribuem em percentagens similares pelos sectores agrícola e da produção, pelo comércio e serviços, pela pequena indústria artesanal, têxteis e construção civil, como trabalhadores por conta de outrem e independentes.

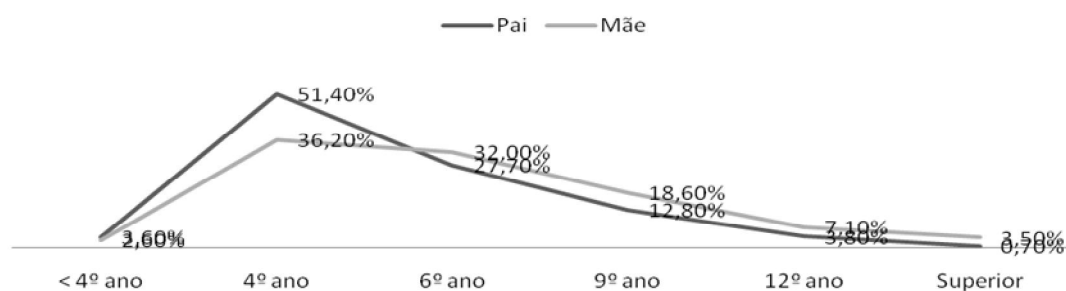
Relativamente à agricultura e agro - pastorícia, é importante sublinhar não só que estamos perante actividades de autosubsistência onde cerca de 84% dos activos são trabalhadores familiares a tempo parcial, particularmente mão-de-obra feminina, mas também que 34% da população agrícola tem menos de 50 anos, e desta cerca de 20% tem idades entre os 12 e os 18 anos, o que denuncia uma situação de forte utilização de trabalho infantil, e potencia a fuga à escolaridade e abandono escolar precoce.

No que concerne à escolarização da população verifica-se uma grande percentagem com baixo nível de escolarização. Cerca de 11% não tem instrução básica, 61% possui apenas o 4º ano de escolaridade.

Relativamente ao nível de escolaridade dos pais e encarregados de educação, constituídos por agregados familiares com idades compreendidas entre os 28 e 50 anos, verifica-se que cerca de 3% não têm instrução básica, e quase 50% apenas frequentou estudos até ao 1º ciclo de escolaridade. Esta realidade é mais visível, no entanto, nos encarregados de educação masculinos.

Ao nível da formação mais elevada, apenas 0,7% dos pais frequentaram cursos superiores, ao passo que 3,5% das mães referiram possuir formação universitária. Os dados revelam que a maior parte dos pais possuem baixos níveis de escolaridade e que, de um modo geral, são os pais homens que possuem menores níveis de qualificação.

Gráfico 1 – Nível de escolaridade dos pais/encarregados de educação



Estes dados foram recolhidos através de inquéritos passados aos alunos no universo dos que frequentaram o 2º e 3º ciclo de escolaridade no ano lectivo 2008/2009.

Como factores de risco é de sublinhar, o uso de tabaco, do álcool, bem como registo de episódios de agressividade verbal em contexto escolar. Relativamente ao primeiro factor, constata-se que cerca de 7,5% dos jovens com idades entre os 12 e os 18 anos fumam habitualmente, 10,8% com alguma frequência, 22,6% raramente e 59,1% nunca fumou. No que ao segundo aspecto concerne, não obstante a inexistência de indicadores de frequência sobre o uso indiscriminado de “calão” pelos alunos, trata-se de uma pecha a que é urgente pôr termo.

Finalmente, é de salientar que a população da área de intervenção do agrupamento manifesta um acentuado défice no que à educação para a saúde, higiene e ambiente concerne, mormente ao nível dos cuidados primários, prevenção das doenças, hábitos alimentares, higiene oral e corporal, protecção e preservação do meio ambiente, aspectos a exigir de imediato a mobilização e cooperação de professores, pais e encarregados de educação, profissionais de saúde, movimento associativo e autarquias.

2.3. Recursos do Meio (património, turismo, associativismo)

A zona de intervenção pedagógica do agrupamento é caracterizada pelo contraste entre zonas baixas dominadas pelo vale do rio Homem e os extensos relevos graníticos das encostas montanhosas de Aboim e Oural, reflecte, ainda hoje, a sobrevivência de uma enraizada cultura agro-pastoril, testemunho inquestionável da ocupação humana deste território, materializada no “fenómeno do megalitismo”, desde a pré-história recente.

Enquadradas no contexto megalítico do nosso concelho, merecem-nos aqui destaque especial os monumentos funerários da área do agrupamento, mormente a necrópole da Chã do Bustelo situada entre os marcos geodésicos do monte do Borrelho, Mós, Prado S. Miguel e Pico de Regalados, as mamoas localizadas em Coucieiro, Codeceda e Gondomar.

Não menos importante são os vestígios dos povoados fortificados, vulgarmente inseridos num contexto histórico-cultural que se convencionou denominar de “cultura castreja”, correspondendo na sua maioria a uma forma de ocupação do território na Idade do Ferro, romanizados uns e com ocupação provável, ainda na Idade Média, outros.

Destes povoados fortificados destacamos, por ordem crescente de importância, as estações arqueológicas de Cristelo, na freguesia de Mós, Penedos do Inferno, em Gondomar, S. Miguel-o-Anjo, em Prado S. Miguel, Vairão ou Monte S. Tomé, em Gomide, Castelo ou Monte Crasto, em Aboim da Nóbrega e a citânia de S. Julião, em Ponte S. Vicente.

A arquitectura românica, coeva da formação do reino de Portugal, é, nesta zona do concelho, de formas simples e rudes. Encontra-se bem representada nas igrejas paroquiais de Valdreu e Coucieiro, como de resto o atestam os seus ornamentos característicos: arcos de volta inteira, colunas e capitéis, mendilhões, cornijas e todos os ricos motivos de simbologia medieval. Outros exemplares, como as

Igrejas de Valbom S. Martinho e Aboim da Nóbrega, são já um pálido reflexo da sua arquitectura primitiva.

Porém, associadas a estas construções podemos referir a existência de alguns sarcófagos antropomórficos, pedras tumulares decoradas, em Atães, Barros, Gondomar e Valbom S. Pedro.

Inseridos, ainda, no quadro histórico da última fase do período medieval, são relevantes os vestígios de troços de caminhos vicinais empedrados, especialmente em Valdreu e Gondomar, as pontes românicas de Valões e de Caldelas, bem como a casa-torre de Oriz Sta. Marinha (Torre dos Coimbras) e os vestígios das Torres de Aboim da Nóbrega e Linhares, em Coucieiro, baluartes que sustentavam a arcaica e poderosa estrutura senhorial da região. Quanto à arquitectura do séc. XVII, está bem representada nesta zona do concelho, através de numerosas igrejas, capelinhas e cruzeiros, bem como de algumas casas solarengas.

A casa do Picão, em Aboim da Nóbrega, os antigos Paços de Atães, o Paço de Linhares e o solar de Carcavelos, em Coucieiro, a casa de Serrazim, em Mós, e a casa dos Abreus de Regalados, no Pico de Regalados, são os exemplares mais significativos da casa nobre rural de finais do séc. XVII.

De resto, para além do património arqueológico, da arquitectura religiosa e civil, é digno de registo todo um acervo cultural de grande valia existente nas comunidades: as azenhas, os espigueiros, as alminhas, as lendas, os provérbios e tradições, os contos, as festividades cíclicas e o encanto bucólico das suas riquezas ambientais e paisagísticas.

É efectivamente, à grande beleza natural desta região, à riqueza patrimonial e etnográfica, que se deve a atracção turística recente pelos seus “espaços rurais”.

Aqui floresce e se desenvolve o “turismo de aldeia” ou “turismo em casa de campo”, de que são exemplos ilustrativos os aglomerados rurais da Pequeninina e da Povoadura, em Aboim da Nóbrega e de Nogueira, em Gondomar. Projectos que, para além do benefício turístico, contribuem para a recuperação e valorização do património local.

No que ao movimento associativo concerne, é de sublinhar a existência de 26 associações: vinte das quais com actividade cultural, desportiva e recreativa; três com actividades de ocupação de tempos livres; duas circunscritas ao folclore e uma com actividade exclusivamente musical. O apoio financeiro e logístico da Câmara Municipal, o dinamismo dos corpos sociais e associados, faz destas células locais o palco por excelência da animação cultural, desportiva e recreativa da nossa área de intervenção pedagógica.

2.4. Elementos materiais (rede escolar, instalações e equipamento)

A rede escolar na área de intervenção do agrupamento tem-se caracterizado por uma contínua mudança em termos organizacionais, em boa medida, fruto da grande dispersão e isolamento dos estabelecimentos de educação e ensino.

No que se refere às instalações escolares, designadamente no 1º ciclo e pré-escolar, a Câmara Municipal tem vindo a fazer um enorme investimento na requalificação dos edifícios e na construção de novos centros escolares capazes de oferecer as melhores condições para acolher as crianças e garantir-

lhes boas condições para a aprendizagem com salas confortáveis, cantinas, bibliotecas e espaços lúdicos e desportivos. Neste domínio é também notório o comprometimento da autarquia em apoiar a componente de apoio à família proporcionando serviço de almoços, prolongamento d de horário, bem como actividades de enriquecimento curricular.

A autarquia tem estado sempre atenta no que toca à actualização da rede escolar e requalificação dos edifícios escolares e construção de novos centros escolares.

2.5. Recursos humanos

ALUNOS

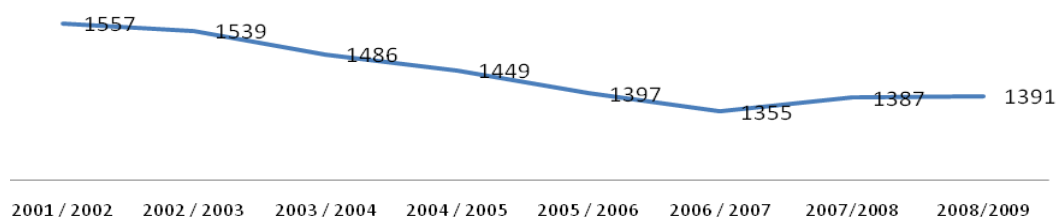
A população escolar discente é composta por total de 1311 alunos, distribuídos pelos diferentes níveis de ensino de acordo com a seguinte tabela.

Os alunos participam activamente nas estruturas formais para as quais são convidados, designadamente, conselhos de turma e conselho de delegados. No entanto, ainda não constituíram a sua Associação de Estudantes.

Tabela 1 – População escolar discente (2009/2010)

<i>Pré-escolar</i>	<i>1º ciclo</i>	<i>2º ciclo</i>	<i>3º ciclo</i>	<i>CEF</i>	<i>EFA</i>
255	452	238	268	52	46

Gráfico 2 – Evolução da população escolar discente no agrupamento



A maior parte dos alunos são oriundos de agregados familiares pequenos, cerca de 50% dos nossos alunos quando questionados através de inquérito responderam que apenas têm um irmão e 22% dois irmãos.

Quando questionados se gostam de andar na escola, aproximadamente, 90% respondeu que sim, no entanto, sobre os motivos pelos quais gostam da escola referiram: “para aprender” (43%), “estar com os amigos” (21,9%), “divirto-me, é fixe” (8,7%) e “prepara o futuro” (7,7%). Também referiram de entre “ter bons professores”, “ter um bom emprego” e “ser alguém”, apontaram “por vezes é uma seca” (2,6%), “levantar cedo” (1,7%), “gosto dos intervalos”, “não gosto de algumas aulas” (1,4%).

Quanto às expectativas escolares, 51,8% referiram que gostariam de tirar um curso superior e apenas 10% ficar pela escolaridade básica obrigatória.

Quando questionados sobre a profissão que gostariam de ter 61,1% confessou que aspira a uma profissão com qualificações universitárias e/ou profissões de estrelato. Um grupo que corresponde a 31,8% referiu profissões que exigem um nível de qualificação intermédio e apenas 7,1% profissões com baixo nível de qualificação.

Os alunos participam formalmente nas estruturas legalmente instituídas no agrupamento, designadamente, conselhos de turma e conselho de delegados de turma. No entanto, ainda não constituíram a sua Associação de Estudantes. Os alunos participam activamente em algumas actividades do Plano Anual de Actividades, nomeadamente, a Rádio Escola.

PESSAOL NÃO DOCENTE (*dados relativos ao ano escolar 2009/2010*)

O corpo do pessoal não docente é manifestamente reduzido para responder com eficácia a todas os desafios colocados a este agrupamento. Apenas contamos com um técnico superior na Carreira de Psicólogo. Existem algumas carências a nível social que carecem de intervenção por parte de um Assistente Social e de Terapeuta da fala.

Por outro lado, também a nível dos Serviços de Administração Escolar sentimos algumas limitações, pois apenas possuímos 4 funcionários na carreira de assistentes técnicos que estão a ser apoiados por um assistente operacional.

Frequentemente recorremos a Contratos de Emprego e Inserção, em parceria com a Câmara Municipal de Vila Verde para suprir necessidades de falta de assistentes operacionais e técnicos.

Tabela 2 – Distribuição do pessoal não docente (2010/2011)

Unidade Educativa	Nº de turmas	Assistentes Operacionais	Assistentes Técnicos
Escola Básica MEA	27	19	4
Centro Escolar MEA	10+1	7+1	-
Centro Escolar de Atães	3	2	-
Centro Escolar de Oriz S. Miguel	3+1	2+1	-
EB1 Aboim da Nóbrega	3	1	-
EB1 Sande	3	2	-
Jl Aboim da Nóbrega	1	1	-
Jl Atães	1	1	-
Jl Codeceda	1	1	-
Jl Coucieiro	1	1	-
Jl Covas	1	1	-
Jl Dossãos	1	1	-
Jl Gondiaães	1	1	-
Jl Pico S. Cristóvão	1	1	-

Jl Pico de Regalados	2	2	-
Jl Ponte S. Vicente	1	1	-
Jl Sande	1	1	-
Jl Valbom S. Pedro	1	1	-
Jl Vilarinho	1	1	-

DOCENTES

Tabela 3 – Distribuição do pessoal docente (2009/2010)

<i>Pré-escolar</i>	<i>1º ciclo</i>	<i>2º ciclo</i>	<i>3º ciclo</i>	<i>Apoio Educativo</i>	<i>Ensino Especial</i>	<i>EFA</i>
20	36	26	46	1	4	10

No Serviço de Apoio Educativo estão 11 docentes, dos quais 1 prestam apoio aos alunos do Pré-escolar, 7 prestam apoio aos alunos do 1º ciclo e 3 prestam apoio aos alunos dos 2º e 3º ciclos.

PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

A Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Monsenhor Elísio Araújo é o órgão oficial de representação dos pais e encarregados de educação juntos dos órgãos de gestão e administração. Constituída na totalidade por pais e encarregados de educação associados, a direcção é eleita em assembleia-geral, de entre as listas que se apresentam a sufrágio. Merece particular atenção a participação da associação de pais nos órgãos do agrupamento em que tem representação, bem como, junto da Direcção da Escola na concretização do Projecto Educativo e Plano Anual de Actividades.

A sua participação efectiva na concretização do Projecto Educativo assume objectivos prioritários de intervenção, nomeadamente:

Consciencializar os pais e encarregados de educação que a educação dos filhos passa por uma maior participação na vida do agrupamento, nomeadamente no acompanhamento das actividades escolares.

Contribuir para a construção de uma relação entre pais e professores mais aberta e colaborativa.

Promover iniciativas de carácter cultural e social para pais e encarregados de educação.

1. Estado actual – monitorização e avaliação

A institucionalização da avaliação do Projecto Educativo é um mecanismo fundamental para o desenvolvimento sustentando das decisões políticas tomadas como referência estratégica do agrupamento.

Deste modo, apresentamos aqui alguns dados retirados dos Relatórios Anuais de Monitorização produzidos pela Equipa de Auto-avaliação do Agrupamento, bem como os aspectos mais relevantes e recomendações presentes no Relatório de Avaliação Externa lavada a cabo pela IGE e ainda as principais recomendações do programa de aferição “Efectividade da educação básica nos primeiros anos” realizada também pela IGE.

1.1. Auto-avaliação:

Boa articulação entre os documentos, PE, PCE e PAA

Evolução positiva nos resultados escolares dos alunos, nomeadamente, na Matemática.

Bom ambiente de trabalho e cooperação entre docentes e funcionários.

Oferta de percursos diferenciados para alunos, procurando proporcionar igualdade de oportunidades para todos.

Aposta na qualificação dos espaços em termos de recursos físicos e materiais.

Modernização e actualização dos recursos multimédia e no desenvolvimento tecnológico.

Promoção da utilização das novas tecnologias da informação e comunicação.

1.2. Avaliação Externa:

No quadro da Avaliação Externa levada a cabo por uma equipa que visitou o nosso agrupamento em Novembro de 2007 foram atribuídas as seguintes classificações:

Resultados escolares dos alunos – **Suficiente**

Prestação do Serviço Educativo – **Bom**

Organização e gestão escolar – **Bom**

Liderança – **Bom**

Capacidade de auto-regulação e melhoria do agrupamento – **Bom**

No entanto, em relação a debilidades e pontos fortes a equipa registou o seguinte:

Pontos fortes

A visão estratégica e a motivação das lideranças, em particular da Direcção e Conselho Geral

O empenhamento da Direcção Executiva numa liderança democrática e participativa;

A política interna de equidade e justiça, patente quer na resolução de problemas sócio-económicos e de aprendizagem, quer na inclusão de jovens com insucesso e em risco de abandono;

A diversidade de medidas de promoção do sucesso escolar na disciplina de Matemática;
A imagem credível do Agrupamento junto da comunidade local, que potencia o aprofundamento de parcerias.

Pontos fracos

As elevadas taxas de insucesso escolar nas disciplinas de Matemática e de Língua Portuguesa em todos os ciclos de ensino;
A reduzida articulação e sequencialidade das aprendizagens entre ciclos de ensino;
A ausência de estratégias de monitorização, apoio e acompanhamento das práticas lectivas em sala de aula/JI;
A reduzida reflexão e análise de questões científico-pedagógicas e didácticas em Conselho de Docentes do 1º ciclo;
A reduzida participação e envolvimento dos pais/encarregados de educação no processo educativo dos seus educandos, nomeadamente nos 2º e 3º ciclos.

Oportunidades

A criação de redes comunicacionais com as escolas do Concelho poderá potenciar o desenvolvimento da sequencialidade das aprendizagens interciclos;
O reordenamento da rede Escolar que, minimizando o isolamento das EB1 e JI, poderá promover maior equidade no acesso aos bens educativos.

Constrangimentos

As redes viárias e de transportes públicos deficitários que poderão continuar a afectar a participação dos pais na vida do agrupamento.

1.3. Programa de AFERIÇÃO: “Efectividade da educação básica nos primeiros anos”

No âmbito da actividade da Inspeção Geral da Educação (IGE) o Agrupamento de Escolas Monsenhor Elísio Araújo foi objecto de uma acção de aferição da efectividade da educação básica nos primeiros anos, que decorreu entre 29-05-2006 e 09-06-2006. Esta acção traduziu numa “comparação entre a situação real observada” com “uma situação de referência construída a partir do quadro normativo aplicável, das orientações curriculares existentes e das recomendações publicadas pela administração educativa sobre o ensino e a aprendizagem nos primeiros anos de escolaridade”. Numa escala de 1 a 4, correspondente a (Não Satisfaz, Satisfaz, Bom e Muito Bom), e com base em 5 indicadores previamente definidos foi atribuída a seguinte classificação:

1. Visão e Estratégia – O Projecto
 - 1.1. Objectivos e Valores --- **Satisfaz**

- 1.2. Estratégia (Elaboração e gestão do projecto curricular) --- **Satisfaz**
2. Recursos Educativos
 - 2.1. Recursos humanos --- **Bom**
 - 2.2. Recursos financeiros --- **Bom**
 - 2.3. Acção Social Escolar --- **Não Satisfaz**
 - 2.4. Clima de escola --- **Bom**
 - 2.5. Integração comunitária --- **Bom**
3. Processos educativos estratégicos (organização e realização da actividade educativa, do ensino e das aprendizagens)
 - 3.1. Planeamento da docência --- **Não Satisfaz**
 - 3.2. Realização da prática pedagógica --- **Satisfaz**
4. Efeitos dos processos estratégicos nos resultados educativos
 - 4.1. Desenvolvimento cognitivo e intelectual --- **Não Satisfaz**
 - 4.2. Desenvolvimento pessoal, emocional e social --- **Satisfaz**

O relatório elaborado pela equipa inspectiva apresentou ainda as seguintes considerações finais:

Prosseguir uma reflexão sobre os documentos de planeamento de forma a que estes integrem uma visão estratégica centrada na maximização do sucesso, na promoção da qualidade das aprendizagens e no desenvolvimento profissional.

Assegurar a articulação do planeamento com vista a efectividade das práticas e a avaliação do processo das aprendizagens dos alunos, no sentido da regulação e monitorização das competências adquiridas.

Analisar as práticas pedagógicas face aos resultados obtidos, no sentido de aprofundar/alargar as experiências de aprendizagem das crianças/alunos, em contextos mais diversificados, significativos e motivadores do conhecimento.

Promover, nas estruturas de orientação educativa, uma cultura de partilha, de cooperação, de troca de ideias que potenciem práticas enriquecedoras da qualidade das aprendizagens e da articulação e sequencialidade educativas.

1.4. Resultados escolares dos alunos

1.4.1. Evolução da taxa de abandono escolar

Relativamente ao abandono escolar tem-se registado uma evolução positiva na redução do número de alunos que abandonam a escola antes de concluírem a escolaridade obrigatória, em boa medida, fruto da concretização das medidas prioritárias definidas no Projecto Educativo.

Tabela 4 – Abandono escolar nos últimos anos

2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009
4%	1,5%	1,0%	0,9%	0,2%

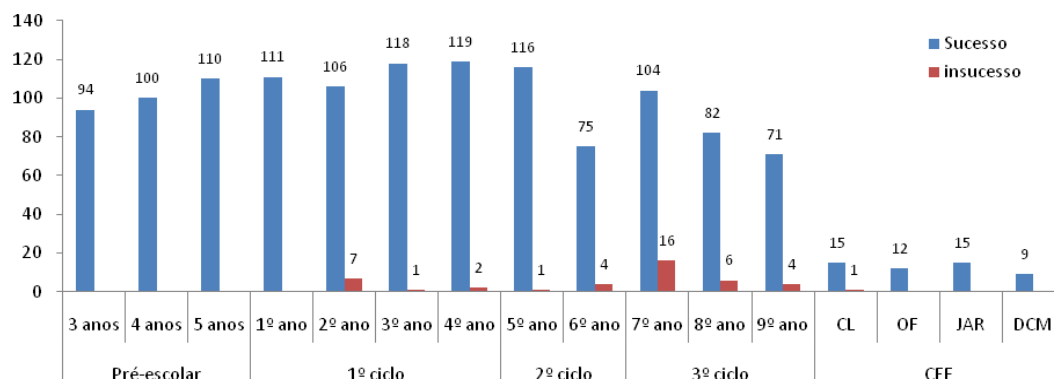
1.4.2. Aproveitamento escolar dos alunos

No que se refere ao aproveitamento escolar verificamos que, de um modo geral, aproximadamente 94,7% dos alunos transitaram de ano, no entanto, é no 7º ano de escolaridade onde o insucesso escolar foi mais visível (13,3%). Por outro lado, é nos 3º, 4º e 5º anos de escolaridade que a taxa de sucesso escolar atinge percentagens mais elevadas. De referir ainda que nos cursos de educação e formação de jovens quase todos os alunos concluíram com aproveitamento a parte escolar e dois não realizaram a formação em contexto de trabalho.

Tabela 5 – Transição e abandono escolar (2008/2009)

Ano de escolaridade	Matrículas (nº de alunos inscritos)	Conclusão do ano lectivo na escola			Taxa de abandono
		Aprovado	Não Aprovados	Taxa de sucesso	
1º ano	111	111	0	100%	0%
2º ano	113	106	7	94,0%	0%
3º ano	119	118	1	99,0%	0%
4º ano	121	119	2	98,0%	0%
5º ano	121	116	1	99,1%	0%
6º ano	80	75	4	94,9%	0%
7º ano	121	104	16	86,7%	0%
8º ano	91	82	6	93,2%	0%
9º ano	76	71	4	94,7%	0%
CEF (CL)	16	15	1	93,8%	6,2%
CEF (OF)	14	12	-	100%	0%
CEF (JAR)	15	15	-	100%	0%
CEF (DCM)	9	9	-	100%	0%

Gráfico 3 – Sucesso e insucesso escolar (2008/2009)



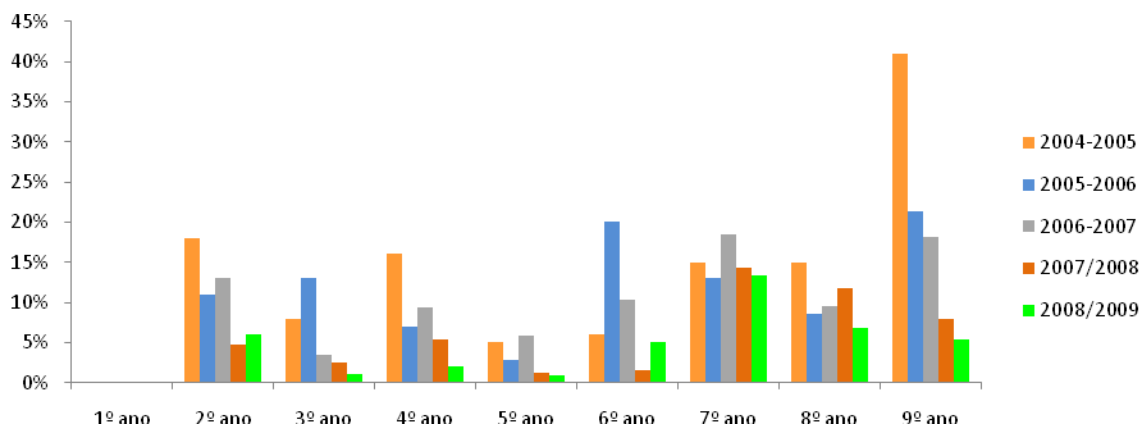
1.4.3. Evolução da taxa de insucesso escolar dos alunos, por ano de escolaridade.

Realizando uma análise comparativa dos resultados escolares nos últimos anos, constatamos que a taxa de insucesso escolar tem vindo a diminuir significativamente, como se constata facilmente pela análise da tabela que se segue.

Tabela 6 – Insucesso escolar nos últimos anos

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
2004-2005	-	18%	8%	16%	5%	6%	15%	15%	41%
2005-2006	-	11%	13%	7%	2,9%	20%	13%	8,5%	21,3%
2006-2007	-	13,1%	3,4%	9,3%	5,9%	10,3%	18,5%	9,6%	18,2%
2007/2008	-	4,8%	2,5%	5,3%	1,3%	1,6%	14,4%	11,8%	7,9%
2008/2009	-	6,0%	1,0%	2,0%	0,9%	5,1%	13,3%	6,8%	5,4%

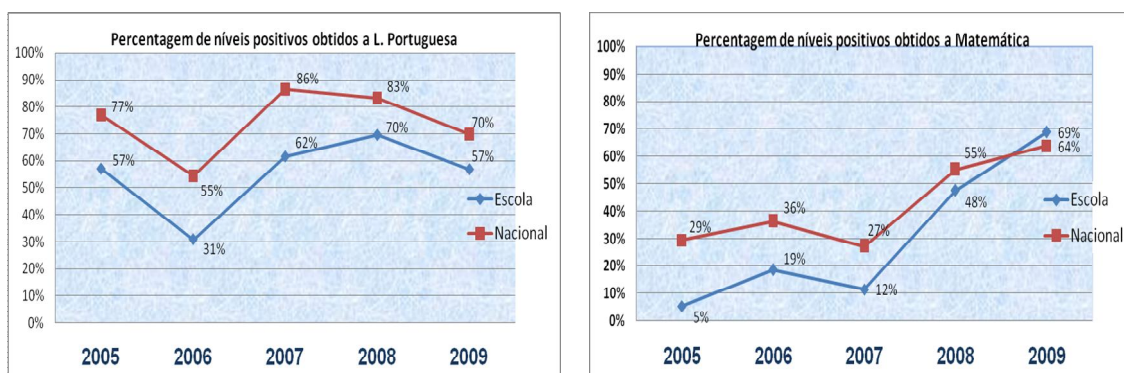
Gráfico 4 – Insucesso escolar nos últimos anos



1.4.4. Comparação de resultados da escola com referências nacionais

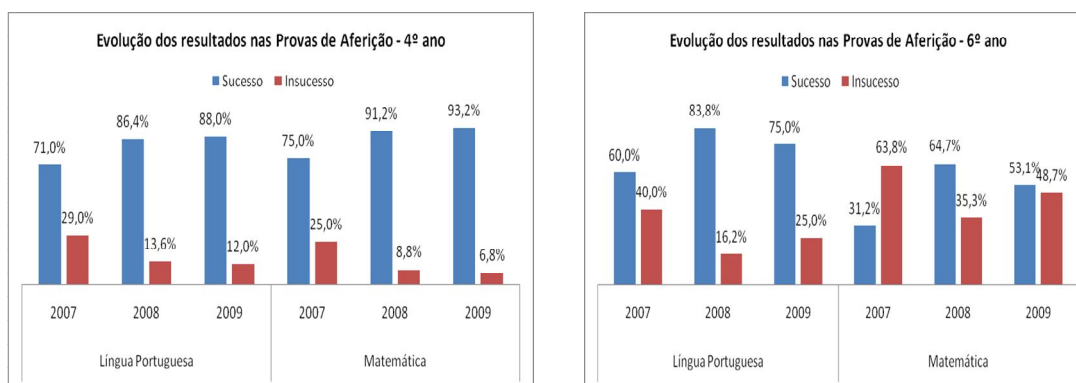
Da análise dos resultados obtidos pelos alunos nos Exames Nacionais do 9º ano constatamos que a média das classificações obtidas por referência à média nacional tem registado uma evolução positiva bem visível na observação dos gráficos seguintes:

Gráfico 5 e 6 – Exames Nacionais 9º ano (LP e Mat.)



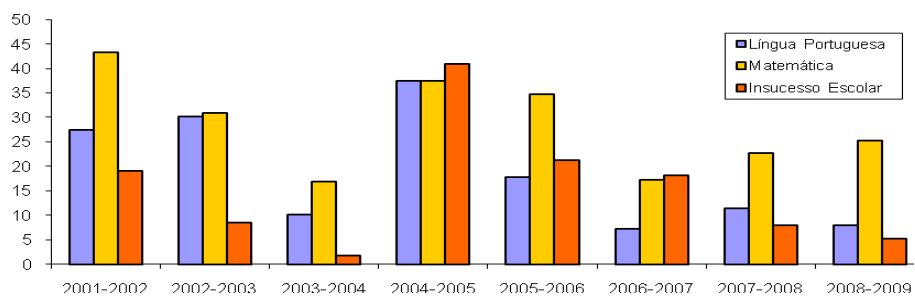
Também ao nível da análise dos resultados obtidos pelos alunos nas Provas de Aferição do 4º e 6º anos de escolaridade se tem verificado uma melhoria das classificações obtidas pelos alunos.

Gráfico 7 e 8 – Provas de Aferição de LP e Mat. (4º e 6º anos)



1.4.5. Evolução dos resultados escolares ao longo dos anos

Gráfico 8 – Evolução dos resultados escolares



Através da leitura do gráfico que se segue podemos constatar que existe uma melhoria dos resultados escolares dos alunos. Os dados que apresentamos correspondem aos resultados dos alunos obtidos no final da escolaridade obrigatória.

2- Missão e estratégia

A missão do Agrupamento de Escolas Monsenhor Elísio Araújo visa acima de tudo a construção de uma escola de rigor e qualidade atenta às diversidades dos alunos, valorizando como princípios fundamentais a Dignidade da Pessoa Humana, as Práticas de Cidadania e Consolidação de Regras Básicas para Vivência em Sociedade e ainda a Valorização do Esforço Pessoal na Consecução de Objectivos.

Ao Projecto Educativo presidem os valores e princípios de uma Escola Cidadã reconhecendo a importância da promoção de uma cultura participativa de todos os agentes educativos com a finalidade de aumentar a formação escolar dos jovens, proporcionando-lhes percursos educativos e formativos diversificados de acordo com os seus interesses e expectativas.

2. Princípios e Valores

Uma escola de rigor e qualidade muito dependerá da pertinência, adequação e capacidade de concretização do Projecto Educativo. Contamos com professores e funcionários dedicados, interventivos, abertos ao diálogo, competentes, criativos, e solidários com toda a comunidade educativa. Para tal, a definição rigorosa de atribuições deverá ser uma constante, por forma a que se estabeleça uma comunicação transparente dentro de uma gestão responsável e representativa, atenta à participação construtiva que integre propostas coerentes capazes de influenciar uma adaptação ao contexto particular deste agrupamento de escolas.

Assim, atendendo à formação de cidadãos conscientes e participativos numa sociedade democrática, a implementação deste Projecto Educativo, deverá contar com os seguintes princípios e valores fundamentais:

*** Dignidade da pessoa humana;**

(Interiorização e aplicação de conceitos como liberdade, amizade, respeito mútuo, compreensão, bondade e justiça)

*** Práticas de cidadania e consolidação de regras básicas para a vivência em sociedade;**

- Participação
- Democraticidade
- Cooperação
- Solidariedade
- Respeito pela diferença
- Atitudes de diálogo na (re)solução de conflitos,
- Harmonização de interesses
- Responsabilidade individual em intervenções de carácter colectivo

*** Valorização do trabalho e do esforço na consecução de objectivos;**

- Desenvolvimento da autonomia e da auto-estima
- Valorização do trabalho e sentido de responsabilidade
- Preparação para a vida activa através da educação/formação

3. Metas na acção educativa

O Projecto Educativo apresenta prioridades nos seguintes domínios de intervenção elencadas para as quais são definidos objectivos estratégicos.

Quadro 2 – Domínios de Intervenção e Objectivos estratégicos

Domínios de Intervenção:	Objectivos estratégicos:
- Reordenamento da rede escolar	- Instalar os novos centros escolares e reagrupamento das unidades orgânicas. - Celebrar parcerias para apoio da componente de apoio à família; - Construir novos espaços educativos; - Melhorar as instalações para cursos de formação.
- Qualidade da educação e ensino	- Melhorar os índices de frequência escolar e sucesso educativo; - Melhorar as condições de aprendizagem; - Diversificar a oferta educativa e curricular; - Dinamizar actividades de enriquecimento curricular de qualidade.
- Organização e funcionamento	- Promover a participação de todos os agentes educativos; - Melhorar a articulação e sequencialidade entre ciclos de ensino; - Promover o planeamento conjunto e o trabalho cooperativo entre docentes; - Melhorar a qualidade dos serviços; - Consolidar os mecanismos de auto-avaliação do agrupamento.
- Relação com os pais	- Valorizar o papel do Director de Turma; - Criar ofertas formativas com vista à valorização pessoal e académica dos pais/EE.
...	...

4. Linhas de força da acção educativa

Da análise efectuada à caracterização e do diagnóstico realizado ressaltam alguns aspectos positivos que convém salientar, bem como alguns pontos que merecem ser destacados uma vez que se constituem com áreas problemáticas e que deverão ser objecto de particular atenção e intervenção nos próximos quatro anos.

6.1. Aspectos positivos

- Frequência escolar total da população dentro da escolaridade obrigatória;
- Continuidade da frequência escolar depois da conclusão da escolaridade obrigatória/inserção mercado de trabalho;
- Relação pedagógica e o ambiente de trabalho;
- Empenho do corpo docente e não docente na resolução de problemas;
- Subcoordenação da Educação Especial na integração e apoio aos alunos com NEE;
- Organização de actividades de enriquecimento curricular;
- Parcerias com outras instituições;
- Dinamização de projectos;
- Parque tecnológico instalado/fase de instalação na EBI, bem como JI e EB1

6.2. Principais problemas detectados

- Alheamento do percurso escolar dos alunos por parte de um número significativo de Pais/EE;
- Dificuldades na articulação Escola/Famílias;
- Baixos resultados escolares dos alunos;
- Débil articulação e sequencialidade entre ciclos de escolaridade;

5. Expectativas

7.1. Objectivos

A escola assume como objectivos prioritários da sua acção educativa durante o próximo quadriénio (2009/2010 – 2010/2011 – 2011/2012 – 2012/2013):

- Desenvolver nos alunos valores e atitudes de tolerância e respeito para com os outros e para consigo próprios, para com os materiais utilizados e o meio envolvente, incluindo o património cultural;
- Promover uma atitude pessoal e profissional positiva por parte do pessoal docente e não docente, nomeadamente, em termos de relações interpessoais, assiduidade e pontualidade, reforçando o respectivo prestígio junto dos alunos e restante comunidade educativa;
- Valorização pessoal e profissional da comunidade educativa (pais e encarregados de educação; pessoal não docente);
- Desenvolver um clima de escola positivo, valorizando a disciplina, a tolerância, a cooperação e a amizade;

- Formular e divulgar regras comportamentais claras e inequívocas, e zelar pelo seu cumprimento por parte de toda a comunidade educativa;
- Promover a responsabilização individual e colectiva de acordo com essas regras;
- Combater o insucesso escolar, desenvolvendo o gosto pela aprendizagem e pela participação na vida cívica da escola, de forma crítica, responsável e autónoma;
- Humanizar os espaços escolares melhorando globalmente os espaços de trabalho e de lazer, interiores e exteriores, com o envolvimento activo dos alunos;
- Promover iniciativas culturais alargadas a toda a comunidade educativa onde se foquem temas relevantes para o Projecto Educativo de Escola.
- Realizar actividades interdisciplinares, devidamente coordenadas, enquadradas numa perspectiva global;
- Cultivar o espírito de cooperação na partilha de experiências, realizações e projectos;
- Valorizar a afectividade, o respeito e a dignidade do ser humano a fim de promover boas relações interpessoais;
- Potenciar a utilização dos recursos tecnológicos informáticos

7.2. Estratégias de acção

Prioridades relativamente a alunos:

- Combater a exclusão e o abandono escolar precoce;
- Promover a criação de cursos de Educação e Formação;
- Apoiar a criação da Associação de Estudantes;
- Dinamizar Assembleias de Delegados de Turma e Assembleias de Turma;
- Promover uma cultura preventiva do insucesso;
- Implementar formas diversificadas de apoio ao estudo;
- Alargar a oferta de enriquecimento curricular;
- Estimular a consciência cívica conducente ao exercício da cidadania responsável;
- Estimular uma participação activa e crítica dos alunos nas actividades;
- Interiorizar normas de conduta sociais adequadas a diferentes contextos;
- Cumprir as regras definidas no Regulamento Interno;
- Promover a integração harmoniosa de todos os alunos, valorizando a diversidade cultural;

Prioridades relativamente ao Pessoal Docente:

- Promover o envolvimento nos diversos órgãos e estruturas de gestão e tomada de decisão;
- Apoiar iniciativas individuais e colectivas com vista ao desenvolvimento de projectos pedagógicos;
- Promover encontros de reflexão e actualização científica e pedagógica;
- Contrariar o individualismo, favorecendo o trabalho em equipa;

- Realizar encontros para troca de experiências e convívio;
- Apoiar iniciativas de inovação pedagógica;
- Estimular a utilização pedagógica de novas tecnologias no ensino;
- Promover a formação especializada para o desempenho dos diversos cargos;

Prioridades relativamente ao Pessoal Não Docente:

- Melhorar o nível de participação nas actividades educativas;
- Valorizar a participação nos órgãos de administração e gestão da escola;
- Promover a realização de assembleias de pessoal não docente;
- Estimular a frequência de acções de formação inicial, contínua e específica;
- Promover o enriquecimento da formação académica inicial.

Prioridades relativamente aos Pais/Encarregados de Educação:

- Envolver os Pais/EE no processo educativo;
- Envolver a sua participação na vida da escola;
- Implementar uma cultura colaborativa;
- Integrar o contributo dos Pais/EE na promoção da assiduidade e do sucesso escolar dos alunos;
- Realizar reuniões periódicas com pais/EE e professores, na dinâmica do Conselho de Turma, que não se esgotem na comunicação dos resultados escolares dos alunos;
- Motivar para o enriquecimento da formação académica inicial numa perspectiva de valorização pessoal;
- Motivar para um maior acompanhamento e participação na vida escolar;
- Promover encontros com Pais/ EE para debate de temas;
- Participar em eventos festivos, actividades desportivas, convívios, espectáculos exposições, feiras, movimentos de solidariedade, etc;
- Atribuir responsabilidades na organização de eventos;
- Divulgar actividades da escola e informação com relevância para os Pais/EE;
- Organizar sessões sobre o processo educativo;
- Promover saraus culturais;
- Propor acções de formação para Pais/EE;
- Incentivar a Associação de Pais no desenvolvimento de actividades em consonância com a escola;
- Estimular a intervenção dos Pais/EE na definição do projecto de escola e na sua dinamização;
- Participar em projectos escolares.

Prioridades relativamente à autarquia:

- Colaborar com o agrupamento nas tarefas de planeamento e concretização das actividades;
- Providenciar a colocação de professores necessários ao desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular;
- Colaborar na definição da rede de transportes escolares;
-

7.3. Projectos em acção/desenvolvimento no agrupamento

Deverá ser dada continuidade aos projectos em desenvolvimento que têm contribuído para a criação de condições afectivas e emocionais propícias à integração escolar e social, às aprendizagens e ao desenvolvimento integral dos alunos.

Designadamente,

- Desporto Escolar;
- Biblioteca Escolar/Centro de Recursos;
- Prevenção Rodoviária;
- Integração e apoio ao alunos com NEE;
- Projecto de Educação para a Saúde;
- Projecto de Educação para os Afectos / Educação Sexual;
- Jornal Escolar;
- Rádio Escola;
- Programa de Intercâmbios escolares;
- Caip's: Dança, Teatro, Robótica, Artes, Conservação e Restauro...

7.3. Quadro de Valor e Excelência

Anualmente será constituído o Quadro de Honra e atribuição do Prémio Monsenhor Elísio Araújo, com o patrocínio da Associação de Pais, com vista a distinguir os desempenhos de mérito nas dimensões escolar, desportiva, pessoal e ética.

7.4. Protocolos e Parcerias

Para além das parcerias existentes, nomeadamente, com a Câmara Municipal, Academia de Música de Vila Verde, Rede de Projectos com escolas e CNO's dos concelhos de Amares, Terras de Bouro, Vila Verde, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, Juntas de Freguesia, Associação Cultural, Desportiva, Recreativa e de Solidariedade Social do Pico de Regalados, Quinta do Pico de Regalados, Universidade Fernando Pessoa, Universidade Católica portuguesa, é conveniente o estabelecimento de novos acordos de cooperação com as instituições que possibilitem a concretização de projectos comuns, em particular com vista à consecução dos objectivos.

7.5. Princípios orientadores, objectivos, calendários e indicadores de referência para a Avaliação de Desempenho Docente

Com a entrada em vigor do Decreto Regulamentar nº 2/2010, de 23 de Junho, todas as escolas da rede pública deverão proceder à avaliação de todo o pessoal docente em exercício de funções.

Tal como as demais escolas, toda a acção dos estabelecimentos de ensino integrantes do Agrupamento de Escolas Monsenhor Elísio Araújo deverá atender aos princípios orientadores estabelecidos no Projecto Educativo, à especificidade contida no Projecto Curricular de Turma e às normas plasmadas no Regulamento Interno do Agrupamento.

Das mais recentes alterações introduzidas na vida das escolas, ressalta a importância destes três pilares que suportam a organização escolar e em particular no que concerne à avaliação do pessoal docente, tornou-se imprescindível, entre outros aspectos, atender às metas apontadas no Projecto Educativo quanto aos níveis de sucesso esperados, almejando a melhoria de resultados. Este aspecto que por si só determina a revalorização dos compromissos a assumir por cada um dos docentes, em sede de Departamento Curricular e de Conselhos de Turma, transferindo para estas estruturas uma renovada centralidade.

A articulação a levar a cabo, aos mais diversos níveis, deverá acarretar também uma preocupação acrescida e a capacidade de auto-reflexão e auto-avaliação sairá, com toda a certeza, reforçada.

Levando a cabo um necessário exercício de pormenorização, referem-se seguidamente alguns princípios orientadores que devem nortear a vida das escolas do nosso Agrupamento:

- Assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e uma formação integral dos nossos alunos;
- Promover a melhoria dos resultados escolares;
- Envolver os Encarregados de Educação no processo educativo dos seus e de outros educandos;
- Desenvolver um clima de escola que valorize a disciplina, a tolerância, a cooperação e a amizade;
- Promover a plena integração de todos os alunos;
- Incrementar a utilização das TIC;
- Melhorar os espaços escolares e as condições de trabalho;
- Desenvolver um ambiente que favoreça as relações interpessoais e induza os deveres de assiduidade e de pontualidade.

No entanto, sem deixar de sublinhar a fulcral importância de tudo que até aqui se expôs, no entendimento que é no espaço da sala de aula que se verificam os procedimentos que mais podem incrementar o sucesso educativo, vemos como principal desiderato a melhoria da qualidade educativa, suportada pela melhoria da qualidade das aprendizagens, da melhoria dos índices de sucesso e do combate ao abandono escolar, na senda das metas preconizadas no Projecto Educativo.

Decorrendo destes princípios, propõe-se a aprovação dos indicadores de referência do agrupamento para efeitos da avaliação de desempenho docente:

A – Pré-escolar

Pugnar pela efectiva frequência da educação Pré-escolar de todas as crianças, desta faixa etária, da área de Influência Pedagógica do respectivo Jardim-de-infância;

Promover a continuidade educativa desenvolvendo nos alunos as competências necessárias para a transição para a Escolaridade Obrigatória;

Levar a efeito acções com o efectivo envolvimento das famílias e de toda a comunidade educativa;

Cumprir as orientações curriculares nacionais para educação Pré-escolar;

B- Ensino Básico

1º Ciclo

Assegurar uma taxa de aprovação com valores acima dos 90% para o 2º ano de escolaridade e superar claramente os resultados da avaliação diagnóstica efectuada no início do ano lectivo;

Assegurar uma taxa de aprovação com valores acima dos 95% para o 3º e 4º anos de escolaridade e superar claramente os resultados da avaliação diagnóstica efectuada no início do ano lectivo;

2º e 3º Ciclo

Assegurar uma taxa de transição acima de 90% dos alunos matriculados nos 5º, 6º, 7º e 8º anos.

Assegurar uma taxa de conclusão (incluindo os exames) de 85% dos alunos matriculados no 9º ano.

Melhorar a percentagem de sucesso da avaliação externa a Língua Portuguesa e Matemática em cada ano em 5% de modo a aproximá-la, gradualmente, à média nacional.

C - Cursos de Educação e Formação

Assegurar taxas de conclusão não inferiores a 97% dos alunos matriculados e a frequentar os cursos.

Indicadores de Medida:

As taxas de transição de ano/ciclo são calculadas a partir dos registos dos resultados da avaliação final do 3º Período que, no caso do 9º ano de escolaridade, é determinada incluindo os resultados dos exames.

2- Abandono Escolar

Para efeitos de avaliação do desempenho consideram-se, para cada ano lectivo os seguintes objectivos e metas:

A – Alunos com menos de 15 anos

Considerando que se trata do período de funcionamento da escolaridade obrigatória o abandono a considerar deve tendencialmente situar-se nos 0%.

B – Alunos com mais de 15 anos

O abandono deve limitar-se a um máximo de 2% dos alunos matriculados no início do ano lectivo;

Indicadores de Medida:

Consideram-se os alunos que não concluem o 9º ano e não se matriculam no ano lectivo seguinte.

Apoio às aprendizagens dos alunos

Proporcionar a todos os alunos, incluindo aqueles que revelem dificuldades de aprendizagem ou os que evidenciem potencialidades para níveis mais elevados de desenvolvimento, o apoio pedagógico personalizado que se mostre necessário e adequado.

Proporcionar aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente o apoio personalizado adequado à sua plena integração na comunidade escolar e ao desenvolvimento das competências escolares e sociais adequadas às suas características.

3- Participação nas estruturas de orientação educativa e nos órgãos de gestão

Dotar as estruturas pedagógicas intermédias da escola, nomeadamente, as de orientação educativa e de supervisão pedagógica de recursos humanos que garantam a eficiência do seu funcionamento e a eficácia das medidas e acções que nelas se desenvolvem para prossecução e cumprimento das respectivas finalidades.

4- Relação com a comunidade

Estabelecer com a comunidade inter-relações de que possam resultar benefícios mútuos, considerando nomeadamente:

Que a escola pertence à comunidade em que se insere sem prejuízo da sua tutela pelo Ministério da Educação.

Que a qualidade das relações humanas estabelecidas é um factor fundamental para que se gere um sentimento recíproco de pertença, potenciando assim os benefícios que podem resultar de uma plena integração.

Que a escola tem por missão servir a comunidade em que se insere, respondendo especificamente às suas necessidades educativas e formativas sem prejuízo de outras que se revelem úteis e adequadas à sua natureza de espaço público de educação e formação.

5- Participação em projectos e actividades Escolares

Desenvolver actividades e projectos com relevância para o cumprimento do currículo que proporcionem aos alunos diferentes perspectivas de abordagem dos currículos e uma ocupação integral do tempo escolar com tarefas e actividades relevantes para a sua educação e formação integral.

Os objectivos para cada turma deverão ficar claramente expressos nos respectivos Projectos Curriculares de Turma, tendo por referência os objectivos que deverão constar nos Projectos Curriculares de Departamento e, obviamente, os princípios que aqui se enunciam que farão parte do Projecto Educativo do agrupamento.

Assiduidade

No que respeita à assiduidade do Pessoal Docente, para efeitos de avaliação serão equiparadas a serviço lectivo, para além das consagradas em legislação própria, as previstas no Artigo 103º do Estatuto da Carreira Docente que se transcreve para referência, não dispensando a leitura integral do referido estatuto e demais legislação aplicável:

Artigo 103º

Para efeitos de aplicação do disposto do presente Estatuto, consideram-se ausências equiparadas a prestação efectiva de serviço, para além das consagradas em legislação própria, ainda as seguintes:

a) Assistência a filhos menores; b) Doença; c) Doença prolongada; d) Prestação de Provas de avaliação por trabalhador-estudante abrangido pelo nº 1 do artigo 101º; e) Licença Sabática e equiparação a bolseiro; f) Dispensas para formação nos termos do artigo 109º; g) Exercício do direito à greve; h) Prestação de provas de concurso.

E ainda, por não serem registadas como falta efectiva, mas apenas como ausência ao serviço com a turma respectiva ou ao serviço previsto, as Visitas de Estudo e as Actividades integradas no Plano Anual de actividades ou Aprovadas pelo Conselho Pedagógico/Conselho Executivo.

3. Calendarização

A operacionalização das medidas e objectivos previstos neste Projecto Educativo deverão ser objecto de uma calendarização organizada de acordo com as prioridades educativas do projecto. Este calendário deverá construído em articulação com o Projecto Curricular do Agrupamento, com os Planos de Actividades, que deverão assegurar a efectiva concretização das diversas actividades.

4. Formação

A valorização de um modelo de formação centrado na escola, articulado com o Projecto Educativo, que envolva, por conseguinte, as necessidades da escola e o reforço das relações de colaboração colectiva conduz a uma perspectiva de mudança das práticas e promove, ainda, o desenvolvimento profissional e pessoal. Deste modo, torna-se urgente acolher e desenvolver acções de formação, colóquios, reuniões, debates, conferências, oficinas de formação, círculos de estudo, etc, em que a problemática da mudança das práticas, a inovação pedagógica e o intercâmbio de experiências.

A proposta de formação a apresentar à Comissão Pedagógica do Centro de Formação de Vila Verde deverá enquadrar as propostas apresentadas pelos Departamentos Curriculares ao Conselho Pedagógico tendo em vista a consecução deste Projecto Educativo.

Deverão, ainda, ser apoiadas as iniciativas de formação especializada que visem a qualificação dos docentes para o desempenho de funções ou actividades educativas especializadas, ministrada nas instituições de formação do ensino superior (nº1 do artigo 31º da LBSE), de acordo com o artigo 14º do ECD.

5. Acompanhamento e avaliação

O grau de consecução deste Projecto Educativo deverá ser objecto de uma avaliação levada a efeito por uma equipa pedagógica constituída no âmbito do “Sistema de avaliação” do agrupamento previsto na Lei nº31/2002, de 20 de Dezembro. Ao Conselho Pedagógico caberá a definição de indicadores e critérios de avaliação a incluir no guião de avaliação, construído especificamente para o efeito, bem como a definição dos respectivos instrumentos de recolha de informação. Desta avaliação, deverá resultar a produção de relatórios periódicos que constituirão suporte para eventuais (e necessários) (re)ajustamentos e ainda para a (re)formulação do Projecto Educativo.

O processo de “auto-avaliação” do agrupamento de escolas deverá, de acordo com o artigo 6º da Lei nº 31/2002, de 20 de Dezembro, incidir particularmente, no grau de concretização do projecto educativo, no nível de execução das actividades, no desempenho dos órgãos de administração e gestão, do funcionamento das estruturas de orientação educativa, no funcionamento administrativo, na gestão de recursos, na visão estratégica do projecto educativo, no sucesso escolar dos alunos, bem como numa prática de cultura de colaboração entre os elementos da comunidade educativa.

6. Divulgação do Projecto Educativo

O projecto deverá ser amplamente divulgado junto todos os elementos da comunidade educativa (alunos, pais/encarregados de educação, pessoal docente, pessoal não docente e outros parceiros deste projecto), através das estruturas previstas no regulamento interno.

11. Referências Bibliográficas

- AFONSO, A. (1997). *Educação Básica. Democracia e Cidadania. Dilemas e perspectivas*. Porto: Afrontamento.
- AFONSO, A.; Estêvão, C. & CASTRO, R. (1999) *Projectos Educativos, Planos Anuais de Actividades e Regulamentos Internos: Avaliação de uma experiência*. Porto: ASA
- BARBOSA, M. (1999). *Olhares sobre Educação, Autonomia e Cidadania*. Braga: IEP-Universidade do Minho.
- CARVALHO, A. & DIOGO, F. (1994). *Projecto Educativo*. Porto: Edições Afrontamento.
- EURYDICE (2005). A educação para a cidadania nas escolas da Europa. Disponível em www.eurydice.org.
- FREIRE, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. S. Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1997). *Pedagogia da Esperança. Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. S. Paulo: Paz e Terra.
- LIMA, L. (1996). Educação de adultos e construção da cidadania democrática: para uma crítica do gerencialismo e da educação. *Inovação*, vol. 9, nº3, pp. 283-297.
- LIMA, L. (2000). *Organização escolar e democracia radical. Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. S. Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire.
- MIGUEL TORGA (1996). *Portugal*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- NOGUEIRA, C. & SILVA, I. (2001). *Cidadania: Construção de novas práticas em contexto educativo*. Porto: ASA.
- PIRES, E. (1999). *Lei de Bases do Sistema Educativo: apresentação e comentários*. Porto: ASA.
- REGALO, H. L. (1987). *Levantamento arqueológico do Conselho de Vila Verde*. Vila Verde: Câmara Municipal.
- PROJECTO EDUCATIVO (2002-2005). *Educar para a Cidadania Activa*. Agrupamento de Escolas do Pico de Regalados. (policopiado).